

Transformar a Educação e a sociedade para além do capital

(texto dirigido inicialmente às companheiras da Escola Salgado Filho)

Autonomia das escolas, um canto da sereia nas águas turvas do controle do trabalho docente .

Em sua longa fala na live de quarta feira a secretária Ângela Dalben busca, de alguma forma, retomar o trabalho da educação no município.

Percebeu-se certo imprevisto e insegurança na exposição do plano. Sem falar na omissão sobre as necessárias condições para sua realização de fato.

Mas ficou clara a tentativa de enredar as profissionais das escolas em uma ação qualquer da secretaria. Tudo bem, isso é o "velho normal". É até razoável, dada a função de gestora da pasta da educação, mas, desde que se concretizem as condições para o trabalho docente e as condições de acesso para toda a comunidade escolar.

Entretanto, o que surpreendeu na live é o tom da fala da secretária (até então, o que se ouvia era sobre o método centralizador e mesmo de certa "arrogância gestora").

Seja como for, em meio a esse estilo mais afetuoso e compreensivo, ouvimos diversas vezes a expressão "*autonomia das escolas*" (termo sumido das falas oficiais nessa rede desde os tempos da controversa Escola Plural).

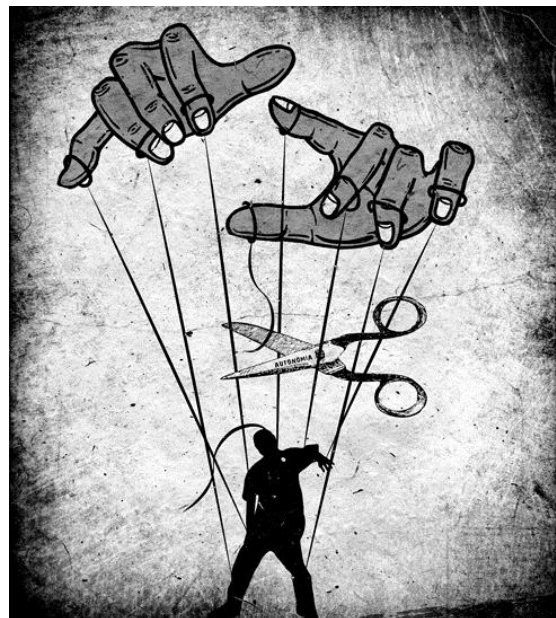
Na verdade, nunca houve na rede (ou na educação) algo que possa ser chamado genericamente de "autonomia da escola". Ao contrário, no desenrolar da história, com o aperfeiçoamento tecnológico e de gestão do Estado, as burocracias foram adquirindo maior centralização do planejamento e maior controle do trabalho dos servidores e das gestões departamentais, não só restringindo aspectos parciais de autonomia, mas também, barrando qualquer tipo de transgressões subalternas (essas, inclusive, já foram, outrora, base criativa de novas práticas pedagógicas e de gestão na história da educação).

Reestruturação toyotista, "vestir a camisa do patrão".

As condições de trabalho nas escolas e suas transformações se incluem no quadro histórico do trabalho em geral na sociedade capitalista contemporânea.

A relação entre autonomia e heteronomia do trabalho sofre uma importante mudança de paradigma após a crise capitalista de 1973, que expõe o esgotamento do **modelo fordista** de produção industrial (uniformização da produção,

larga escala, mecanização dos processos, especialização do trabalhos, hierarquia do trabalho).



Surge, então, um novo modelo, uma reestruturação dos processos produtivos (Acumulação Flexível, **toyotismo**) que, ao buscar novos processos de produção, mais adequadas às demandas mais diversificadas e complexas do mercado; desloca a centralidade do *produto* para o *cliente*, flexibiliza os procedimentos e descentraliza a gestão, substitui as matérias primas, os maquinários e modifica as capacidades exigidas do trabalhador. Agora, além do esforço físico e mental, o trabalhador deve ceder também suas emoções, sua criatividade e sua visão de mundo. Entregar-se de corpo e alma à empresa, ao patrão, ao capital (vestir a camisa de seu senhor).

Essa nova forma de submissão do trabalhador é obtida coercitiva e objetivamente pela automatização da produção, reduzindo o plantel de trabalhadores diretos e ampliando um contingente terceirizado mais precarizado e mais distanciado dos processos produtivos diretos. O desemprego e o subemprego exercem uma forte coerção ao conjunto dos trabalhadores a se submeterem aos novos processos.

Na nova organização, verifica-se a substituição da velha linha de produção taylorista e da rígida verticalização hierárquica do trabalho manual comandado pelo trabalho técnico/científico, por uma nova estrutura e dinâmica; uma **célula** de trabalho horizontal em equipe. Essa aparente democratização das relações de trabalho na verdade efetivava (sob o controle dos interesses do capital) o autocontrole, a competitividade meritocrática, a produtividade individual e coletiva e, por fim, a cooptação da subjetividade do trabalhador para a lógica do mercado, da concorrência e da corporação patronal. Essa célula elabora e executa ações decididas em equipe e garante sua execução, sua qualidade, seus prazos, a qualificação flexível e mutável

dos seus membros, (visto que suas funções também eram flexíveis conforme cada mudança de padrão produtivo), o autocontrole exercido coletivamente. Há, assim, uma grande simplificação e agilização (*just in time*) de comando e atendimento e, paralelamente, uma grande economia de gastos com gestores intermediários.

Uma crescente parcela de trabalhadores subempregados, desempregados, terceirizados e os ditos “autônomos” (por conta própria), coloca sérios desafios à ordem econômico-social capitalista. Sobretudo a partir dos anos 90 e 2000. Um complexo ideológico e prático emerge na forma de políticas públicas, ações empresariais e instituições do terceiro setor, e na forma de um discurso propagado pela mídia e ampliado pelas mais diversas esferas da sociedade. Um complexo que vai conferindo falsamente valor à extinção de postos de trabalho formais e na diluição dos direitos trabalhistas. Busca-se consolidar uma nova mentalidade com discursos difundidos nos meios de comunicação e com limitados projetos (ineficientes, mas, propagandísticos) de instituições governamentais e não governamentais que pregam as novas virtudes do mundo moderno do trabalho; empreendedorismo, e a busca constante da empregabilidade, diante da descontinuidade do “antiquado” trabalho formal (regulando por direitos e deveres).

Os novos valores constitutivos desse “*empreendedorismo sem capital*” impregna não só o contexto do trabalho precário, mas, assombra todo o mundo do trabalho; a competitividade constante entre os trabalhadores, considerada como modernização das relações trabalho, a panaceia da inovação tecnológica, a qualificação para os negócios, a criatividade definida pela mercantilização, hipertrofia da meritocracia individualista, redução dos conflitos estruturais (contradições da sociedade desigual) à meros conflitos interpessoais, o imediatismo na projeção do trabalho, da produção e seus resultados.

As Reformas neoliberais do Estado e da Educação

Essa reestruturação produtiva do capital impõe uma nova prioridade e agenda aos Estados nacionais; mais ênfase à esfera privada em detrimento da esfera pública. No Brasil, em especial na esfera do Estado, esses reflexos aparecem nos anos 90. Vieram através das chamadas Reformas do Estado.

Essas reformas neoliberais buscaram a desregulamentação das relações econômicas e dos direitos do trabalho, privatizações de estatais e a redução e terceirização da assistência dos serviços públicos à população (no campo da saúde e da educação, há uma ampliação do atendimento, que exigiu, entretanto, uma redução proporcional do financiamento público e a consequente precarização do trabalho e da qualidade dos serviços).

No campo específico da educação brasileira, aparecem os primeiros reflexos dessa reestruturação produtiva também na década de 90. Surgem propostas de Reformas Educacionais trazendo elementos do paradigma de Controle de Qualidade Total para as redes públicas; a progressão automática dos alunos (com o objetivo de economia de recursos gastos com as reprovações), a uniformização de programas pedagógicos, avaliações externas dos estudantes de avaliações de desempenho dos profissionais, vinculadas às progressões salariais.

Naquele momento, a resistência dos professores em relação às Reformas Educacionais, bem como as pressões políticas e sociais pela universalização da educação escolar (o que ampliou rápida e enormemente o contingente de professores) dificultou a aplicação pura e direta desses novos paradigmas nas redes públicas no Brasil.

Na rede de BH, essa reestruturação veio embalada numa roupagem mista de escolanovismo e educação popular no projeto denominado Escola Plural (progressão automática nos ciclos de aprendizagem, pedagogia de projetos interdisciplinares, planejamento coletivo, avaliação descritiva, centralidade dos alunos). As inevitáveis contradições entre os principais elementos político pedagógicos, a forma verticalizada de sua implantação, as condições de trabalho e de formação docente insuficientes e a inadequada estrutura de espaço e tempo da rede municipal, inviabilizaram seus aspectos mais progressistas (incluindo alguma autonomia coletiva pedagógica), permanecendo apenas seus aspectos neoliberais prioritários como a econômica progressão automática e, posteriormente, a implantação das avaliações externas próprias da rede e a produção de índices de desempenho escolar.

Resistência e limite das lutas das professoras

Por um lado, as lutas e as organizações sindicais das professoras, conseguiram resistir ou retardar os processos de privatização, terceirização, avaliação de desempenho punitiva e uma submissão político-pedagógica ao mercado, contidas nas reformas educacionais neoliberais. Por outro lado, ao longo das duas últimas décadas, não conseguiram evitar o aprofundamento da proletarização do trabalho docente concretizada a partir de sua expansão quantitativa, seguida de sua multifacetada fragmentação em segmentos, modalidades, funções, salários e estatutos legais diferenciados e desiguais (professoras da Educação Infantil, professoras do Ensino Fundamental, coordenadoras, diretoras, monitoras Escola Integrada, auxiliares de Inclusão). Além disso, houve uma intensificação do trabalho (aumento, de fato, do tempo de regência com redução de quadro), uma ampliação das tarefas e atribuições educativas e sociais para os docentes, acompanhadas de uma histórica redução

salarial, insuficiência do tempo para planejamento e da gradual dissolução das carreiras. Por fim, a contínua perda da autonomia do seu trabalho manifestada não só na prescrição e cobrança de resultados, mas, no enrijecimento das estruturas de tempo e espaço da instituição escolar. Tal quadro produz uma série de consequências subjetivas negativas em relação ao trabalho docente seja por parte das próprias profissionais quanto na desvalorização moral e social das professoras junto à comunidade e à sociedade em geral.

É preciso ainda apontar outro fator constitutivo do processo de proletarização da profissão docente do ensino básico; o distanciamento dos setores sociais médios dessa profissão e a ocupação gradual desses postos por pessoas das camadas mais populares da nossa sociedade. Esse deslocamento será, obviamente, entendido como uma ascensão social e se constituirá em mais um elemento fragmentador e complicador a ser superado.

Crise estrutural, "não era uma marolinha".

Desde 2008 a base econômica capitalista sofre o impacto de uma nova crise especulativa e de superprodução, agora com efeitos à longo prazo e de caráter estrutural. Os efeitos mais devastadores dessa crise recaem, obviamente, nas massas empobrecidas e cada vez mais precarizadas não só no trabalho, mas na vida em geral. As grandes potências empresariais, industriais, financeiras e de Estado não apontaram, até aqui, nenhuma saída nova que ao menos aliviasse as consequências mais desumanas dessa crise. Ao contrário, seguem e aprofundam as ações de retiradas de direitos, diminuição do financiamento das políticas públicas, desregulamentação econômica, privatização, terceirização, ataque aos recursos da previdência, financiamento de grandes empresas e bancos com recursos públicos, ocupação de terras públicas e destruição do meio ambiente etc. Nos serviços públicos vemos acontecer o desmonte da saúde, educação, cultura, das ciências/tecnologia, etc. junto disso, caminha uma gradual reforma administrativa que dissolve as condições de trabalho, salário e carreira dos servidores. Acompanha essa crise econômica, uma crescente crise institucional da ordem capitalista, seja ela na esfera da representação política (a crise da democracia representativa burguesa), nas contradições na esfera jurídica em descompassos com a política, seja nas regressões em relação ao processo de globalização e dos acordos de blocos econômicos de países e regiões (protecionismo das economias desenvolvidas, guerra econômica EUA x China x União Europeia, Brexit, etc).

Tal conjunto complexo de fatores de crise e convulsão social tem levado a grandes contingentes populares às ruas em todo mundo. Manifestações, às vezes, com algum grau de organização (como a Primavera Árabe, os movimentos na

França), mas, em geral, são explosões espontâneas como em junho de 2013 no Brasil ou 2019 no Chile.

Também podemos perceber como reação espontânea das massas populares o recrudescimento de seus aspectos políticos e subjetivos que, diante de um entrave econômico e societário e cultural das sociedades capitalistas (mesmo das mais desenvolvidas), sem uma alternativa ou perspectiva de futuro para si, para o país ou para o mundo (debilidade político-programática e prática das esquerdas), parecem reagir instintivamente com um "retrocesso histórico", uma regressão cultural, moral, política e de costumes. Parecem ser sinais dessa "meia volta" das mentalidades o recrudescimento do xenofobismo, do racismo, do machismo, da homofobia, dos irracionalismos manifestos pelos fanatismos religiosos, contra o pluralismo cultural, contra a ciência, o saber intelectual, as artes, a educação crítica, as manifestações políticas anticapitalistas (inclusive com ressurgimento do anticomunismo e ideias nazifascistas).

"Todos contra a autonomia das escolas!"

Vivemos hoje na educação pública e privada brasileira, além de uma escassez de recursos e estrutura, uma forte rigidez na prescrição, normatização e controle do trabalho docente e da administração e gestão escolar. A verticalização não termina na esfera municipal, mas amplia-se na esfera federal (MEC, CNE, Avaliações Externas, etc) e mesmo mundial (Banco Mundial, ONU, OCDE, UNICEF, etc) sem falar das "militâncias" empresariais que efetivam ingerências e lobbys no campo da educação (Fundação Leman, Airton Senna, todos pela educação, Rede Globo, Google, etc). Também é crescente a criminalização da autonomia docente na escola básica e mesmo na superior e a aberta marginalização e repressão e criminalização às lutas coletivas dos professores (aconteceu conosco na atual administração e a secretária fez parte disso).

Por fim, soma-se a essas práticas e ideologias gestoras e pedagógicas neoliberais na educação, uma espécie de "cruzada" ou "inquisição" ideológica autodenominada de "Escola sem Partido". Essa expressão reúne, na verdade, uma série de discursos irracionalistas e preconceituosos, manifestações reacionárias contra a ciência, o saber intelectual, a diversidade cultural, a pluralidade artística, a contradição política, a desigualdade social e a sua necessária abordagem pela educação escolar e acadêmica. Essas ideologias antidemocráticas buscam se materializar em diversos projetos de lei com o objetivo de controlar e censurar a escola nas esferas municipais, estaduais e federal. E pior, tais ideologias conseguem exercer sua influência demagógica junto às camadas sociais mais populares onde situa-se a maioria das famílias dos alunos das escolas públicas como a nossa. Camadas que vivem numa realidade de agravamento contínuo de miserabilidade e desespero

conforme aprofunda a crise mundial e nacional e alastrando o desemprego e ampliando a desassistência do Estado. Contingentes expropriados de suas culturas, sem acesso amplo ao conhecimento, à arte, à diversidade cultural e humana, massificados pela “indústria cultural”, pela chantagem religiosa e pela ameaça de violência física, moral e simbólica. As pessoas sob esse contexto buscam a “luz no fim do túnel” e se agarram em qualquer coisa que traga alguma esperança e afaste os “culpados de tudo”.

Reformar a escola para continuar igual.

Assim como na indústria a aplicação de alguns elementos da reestruturação produtiva (criatividade, engajamento, autonomia de fazer, trabalho em equipe, etc.) em nada alteraram os princípios de produção de mercadorias, expropriação de mais-valor e acumulação de capital, na educação, também, a aplicação desses mesmos elementos numa nova reorganização do trabalho docente, não alteram as intencionalidades neoliberais para a educação pública; efetivar conteúdos de conhecimento e hábitos nos educandos de forma a reproduzir a ordem sócio econômica capitalista, garantir o controle social, via a cidadania condicionada à submissão dos indivíduos às instituições políticas, jurídicas, ideológicas, (Estado de direito e democracia capitalista), instrução dos conhecimentos básicos para o indivíduo ser capaz de se adaptar e operar conforme os padrões produtivos e de consumo capitalista (conforme a velha lógica da divisão técnica e social do trabalho), desenvolver a criatividade, a iniciativa, a autonomia e mesmo a crítica dentro dos marcos da ordem burguesa. Mantém-se, é claro, como baliza desse processo educativo e do trabalho docente, a produção de resultados e índices estatísticos definidos por metas produtivistas e externas ao próprio processo de ação dos sujeitos da educação.

A realidade de escassez de investimento público também mantém sua lógica. Pode até ser deslocado mais recursos para o uso de tecnologias, mas consegue-se menos gastos com a estrutura, força de trabalho indireta, custos de manutenção, e , gradualmente, diminuição do quadro docente e sua substituição, ao menos parcial por funcionários docentes mais baratos; monitores, tutores.

A captura tecnológica do trabalho docente.

Toda essa realidade complexa, antes mesmo da pandemia, já constitui um poder quase invencível contra a autonomia e todo o trabalho educacional dos professores e das escolas. Mas, ainda é possível que esse cenário se agrave com a massificação do trabalho virtual que nos espreita. E a pseudo autonomia escolar ou docente, a utilização da criatividade profissional e do envolvimento emocional dos

docentes (elementos previsto pela forma flexível de trabalho, já exposto) tem um papel a cumprir nesse aprofundamento do controle. Como vimos não há contradição ou paradoxo nessa relação (controle, criatividade e autonomia) quando a compreendemos dentro do contexto e da lógica do trabalho reorganizado pela reestruturação produtiva flexível e, ainda, combinado com a continuidade de mecanismos tradicionais de coerção, centralização e controle mediante imposição de programas e planejamentos centrais e cobranças de metas e resultados. A criatividade e a subjetividade capturadas e direcionadas pelos objetivos macro-sistêmicos da SMED (lives, cursos, palestras, mensagens em círculos de profissionais e gestores ou nas redes sociais, tratamento da informação), a formação interessada conforme objetivos práticos tecnológicos da SMED (capacitação em linguagens e recursos tecnológicos), o planejamento “autônomo” (a melhor forma de executar o planejamento da instância superior) e coletivo (o autocontrole, autovigilância, feitos pelo próprio coletivo) pautado pelos objetivos sistêmicos (planejamento técnico/estratégico, intensões, metas, resultados) da SMED, podem construir um nível superior de controle e determinação externa e expropriação do trabalho docente. Ainda, numa etapa mais adiante (experiências já vivenciadas na educação privada), essa massificação do teletrabalho e EAD possibilita a objetivação do trabalho docente. Ou seja, uma característica do trabalho da professora é não se separar dela, é trabalho imaterial e se manifesta na relação professor-aluno na sua aula. Mas com a EAD torna-se possível a transformação de suas aulas em produto, reproduzível, adaptável e deturpável por ação externa. O trabalho, o conhecimento e a criatividade do professor são expropriados e transformados em objetos/produtos. Isso retira do professor o controle do uso da sua própria aula, além de permitir maior vigilância, censura e controle.

Portanto, a efetivação da tecnologia do teletrabalho e do EAD, sem uma contraposição prática crítica por parte dos trabalhadores em educação, potencializará de forma inédita, a probabilidade de uma gestão ainda mais centralizadora, controladora, por fim precarizadora do trabalho escolar e suas implicações, também, na ampliação das desigualdades no acesso à educação. Isso, inclusive, já se dá na esfera privada da produção e das escolas particulares.

O novo normal tem que ser uma nova ordem social e humana.

Assim, mais uma vez, precisamos reforçar nosso campo profissional e de classe e definir prioridades e ações que nos coloquem em melhor posição de resistir e disputar o futuro da educação pública e do nosso trabalho. Esse futuro está condicionado, também, pelas formas transitórias e futuras que tomarão a sociedade pós-pandemia e pós-crise. Não podemos apenas nos preparar e planejar o retorno a aulas

dentro dos padrões de reprodução social de antes. Precisamos mais que nunca repensar a educação repensando e transformando a sociedade em unidade com amplos setores da população, sobretudo os mais atingidos pela crise e pela pandemia. Para isso é preciso buscar formas de estabelecer relações identitárias e práticas entre a categoria docente e a classe trabalhadora como um todo, sobretudo em relação às parcelas sociais mais prejudicadas onde se inserem grande parte de nossas alunas e das nossas companheiras de trabalho não docente nas escolas.

Romper com a fragmentação e o isolamento existente no trabalho e na sociedade.

Então, não podemos entrar nesse cenário individualmente, voluntariosamente, ou mesmo só em grupos locais e que se contemem como executores acríticos de uma “*ordem superior*”. Não é só informar e instruir nossos alunos sobre a pandemia, conformar uma nova disciplina sanitária e dos corpos. É preciso problematizar a pandemia no contexto da crise da atual sociedade e refletir sobre a necessidade de sua transformação profunda. Precisamos ser os principais protagonistas, tomar a frente como categoria e como classe social da construção de uma nova educação condizente com uma nova ordem social. Não é só uma modificação técnica, de forma, mas, uma transformação na sua lógica e objetivos. Diante da situação geral da sociedade mundial e brasileira citada, é preciso organizar fóruns e debates na rede e na sociedade que sejam capaz de construir novos conteúdos e dinâmicas escolares capazes de produzir a compreensão científica da realidade física e social, a reflexão acerca das contradições e problemas da sociedade capitalista atual que demandam a sua superação. Grupos de debate e de formulação político-pedagógica acerca desses novos conteúdos/problemas temáticos e metodologias poderiam ser constituídos na rede através da mediação e estímulo do sindicato.

Portanto, precisamos fazer o debate entre nós nas escolas sim, analisar as propostas da SMED sim, mas não só. Temos que construir, e, necessariamente, contrapor nossas propostas, dialogar com as demais companheiras das outras escolas da rede e da sociedade. É preciso mais ainda. O sindicato é o instrumento principal que temos para conectar os debates, as experiências, para concretizar a construção coletiva de um leque de alternativas que busquem garantir as condições para transformar nosso trabalho, não só sua forma, mas também seu conteúdo e essência. Um trabalho docente inserido numa outra realidade (presente e futura). Realidade que também deverá ser transformada, inclusive, por essa nossa nova ação político-pedagógica. O sindicato deve manifestar as posições e decisões majoritárias e mais expressivas do nosso campo e deve manifestá-la para o nosso

coletivo (toda a categoria), para a SMED/PBH, para outras categorias, outros movimentos, organizações e para toda a cidade.

Portanto, não haverá nenhuma autonomia e gestão democrática, de fato, dos rumos futuros da educação sem a efetiva interlocução e negociação do governo municipal e da secretaria de educação com o sindicato e também com as comunidades escolares.

Assim, penso que o momento é para todos se inserirem de forma consciente em todas as esferas de discussão e decisão acerca da construção dos rumos da educação e do trabalho na rede. Não se esquecendo de estar atentos e cobrar de todas as autoridades e poderes as prioridades do atual contexto de crise e pandemia:

- garantir e reforçar o isolamento social e público. Cobrar da PBH a manutenção da quarentena na cidade até o declínio da contaminação.

- estabelecer e garantir condições de trabalho virtual viáveis para os profissionais da educação. Com definições autônomas e democráticas do conteúdo e forma de trabalho. Em destaque, um plano autônomo de formação dos profissionais com a continuidade das progressões por escolaridade.

- constituição de fóruns e grupos de debate e formulação político pedagógica autônomos dentro da categoria.

- construir alternativas de trabalho com alunos que contemplem suas especificidades, demandas, carências, vontades e que considere e garanta recursos para a sua real participação e interlocução no processo.

Abraços a todas!

Luiz Henrique Roberti

(Professor de história da EM Salgado Filho e da EJA da EM Milton Salles, mestre em educação FAE/UFMG)

Obs: Texto inconcluso, escrito sem rigor acadêmico, com o objetivo de retomar e organizar rapidamente o pensamento diante de uma nova realidade social e educativa e contribuir com o debate coletivo).

Algumas Inspirações e lembranças bibliográficas;

Kênia Miranda; *Lutas por Educação no Brasil Recente* – Eduff, 2017.

Sônia M. Rummerts; *Educação e Identidade dos professores: as concepções do capital e do trabalho*- Xamã, 2000.

Ricardo Antunes; *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*-Boitempo, 1999.

György Lukács; Para uma ontologia do ser social I, Boitempo, 2018.

István Mészáros; *A educação para além do capital*-Boitempo, 2015.